

Rogério Santos, **Olhos de Boneca. Uma História das Telecomunicações 1880-1952**, Lisboa, Edições Colibri/Portugal Telecom, 1999, 182 páginas, ilustrações.

As telecomunicações apresentam-se hoje como formas essenciais da comunicação nas sociedades ditas «modernas». A sua história, a da construção e generalização das estruturas materiais e organizacionais, das tecnologias e dos usos que foram tendo, é um campo onde ainda há muito por explorar.

Para o caso português, a bibliografia apresentada no livro aqui recenseado e aquela que se encontra à disposição na biblioteca da Fundação Portuguesa das Comunicações, bem como alguns artigos publicados na revista de circulação interna da mesma Fundação — *Códice* — por parte dos seus investigadores, parecem-nos ser um bom ponto de partida para quem venha a interessar-se pelo assunto.

Este livro surge depois de cerca de década e meia de investigação do autor no interior da instituição Telefones de Lisboa e Porto (TLP) e depois na Portugal Telecom sobre estes assuntos, com vários artigos em publicações institucionais ou de circulação restrita. As bases da investigação foram sobretudo documentos de arquivo, quer dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), quer da Anglo-Portuguese Telephone Company (APT), secundados por pesquisa iconográfica em arquivos fotográficos, pesquisa em periódicos da época e ainda algu-

mas recolhas de memórias orais por via de entrevistas. Até ver, não houve nenhuma outra publicação sobre o assunto que conjugasse um acervo de estatísticas tão extenso e uma pesquisa para um período tão vasto na história das telecomunicações portuguesas. Tem-se ainda uma edição de grande qualidade, com um grafismo cuidado e que incorpora um acervo iconográfico que vale por si próprio, independentemente do texto.

O livro de Rogério Santos não será uma obra marcante na historiografia portuguesa, mas tem o mérito de nos fornecer vários dados que permitem poupar algumas visitas ao arquivo por parte de quem se interessar pela história das telecomunicações. Os resultados do trabalho que foi feito sobre algumas das estatísticas oficiais sobre o sector e de alguns documentos da Companhia dos Telefones – APT dão-nos uma perspectiva da evolução de uma série de indicadores fundamentais para todo o período.

Entre estes encontram-se no primeiro capítulo dados sobre o tipo de estações (telegráficas, telefónicas e semaforicas) pertencentes à Direcção-Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis, os tipos de aparelhos telegráficos em uso nessas estações, a localização das primeiras estações e cabinas telefónicas no período de 1883-1888. Indicam-se também curiosidades como a distribuição das centrais telegráficas na década de 90 do século passado, conforme os horários de abertura — serviço permanente, serviço de dia prolongado, serviço completo, serviço limitado, horário

especial. Atravessando todos os capítulos, encontramos indicadores com maior alcance temporal retirados das estatísticas oficiais sobre o sector juntamente com documentação da APT. São os que respeitam à extensão das linhas de telégrafos e telefones, ao número de redes telefónicas por distrito do país, ao número de chamadas telefónicas locais, interurbanas e internacionais, aos preços dos telegramas e das chamadas telefónicas e aos rendimentos dos serviços telegráficos e telefónicos. Com menor alcance temporal apresenta-se também o número de aparelhos receptores de rádio na década de 30, os salários para diversas categorias profissionais na agência estatal e na APT e ainda a distribuição do pessoal por categorias profissionais, entre outros.

Passando ao texto do livro propriamente dito, e deixando de parte a introdução e a conclusão, este encontra-se dividido em duas partes, a primeira intitulada «Indústrias e tecnologias» e a segunda «Sociedade». Para lá disto, inclui-se um trabalho de Isabel Varão, investigadora da Fundação Portuguesa de Comunicações: uma «Cronologia comparada dos principais eventos da história das telecomunicações» desde 1838 até 1999, em que podem encontrar-se alguns eventos não referidos ao longo do texto de Rogério Santos, tais como os congressos telegráficos internacionais que decorrem em Portugal, e que é difícil de avaliar, como todos os exercícios de cronologia.

Na primeira parte do livro incluem-se três capítulos, sendo o primei-

ro dedicado aos primórdios dos telefones no país, nas décadas de 1880 e 1890, quando a tecnologia de telecomunicações dominante era a do telégrafo, e o segundo dirigido às cinco décadas que vão de 1900 a 1952 nas telecomunicações dirigidas pelo Estado português e pela firma inglesa APT. Esta firma detinha a concessão do Estado para a exploração de linhas telefónicas nas áreas de Lisboa e Porto desde 1887, após esta lhe ter sido trespassada pela Edison Gower Bell Telephone Company, que a detinha desde 1882. Ao Estado, através da Direcção-Geral de Correios, Telégrafos e Faróis e suas sucedâneas, cabia o monopólio destes serviços no resto do território português e para comunicação interna do Estado em Lisboa. O autor intenta uma periodização da evolução em paralelo das redes de telefones e telégrafos, de acordo com o que sucede com as primeiras nas redes do Estado. Define assim quatro períodos, sendo o primeiro de 1904 a 1911, desde a inauguração oficial da ligação Lisboa-Porto até à constituição de redes telefónicas, o segundo aquele onde vão constituir-se novas redes telefónicas por todo o país (1912-1927), o terceiro em que se planeia a rede telefónica nacional que une todas as outras (1928-1936) e onde se inauguram as comunicações telefónicas internacionais por fio e sem fio devido aos sucessos da guerra civil espanhola e o quarto em que se assiste à substituição das antigas estações manuais por estações automáticas — electromecânicas (1937-1952). Ao

longo do capítulo vai-se referindo o conflito latente entre as tecnologias do telégrafo e do telefone, a sua complementaridade nas redes do Estado e a mudança de posição relativa entre o início e o final do período analisado — onde o telefone passa de acessório da linha dos telégrafos a principal meio de telecomunicação.

O terceiro capítulo desta parte dedica-se às telecomunicações internacionais com Portugal e ao surgimento da radiodifusão. Aqui vê-se uma vez mais a importância da transferência de tecnologia a partir de uma firma estrangeira, com as visitas de Marconi a Portugal e a criação da Companhia Portuguesa de Rádio Marconi e a concorrência com anterior acordo entre a AEG/Telefunken por parte do Estado. Aborda-se o serviço telefónico internacional com fios e radiotelefónico e ainda o surgimento e evolução da radiodifusão no país. Depois de anos em que, desde 1902, iniciativas autónomas de instalação de emissores de telegrafia sem fios eram proibidas e os postos de telegrafia clandestinos apreendidos, interrogando-se os implicados na sua instalação e manutenção, surge em 1930 legislação sobre a actividade e começam a surgir estações de emissão, mantendo-se algumas até quase aos nossos dias — inclusive a Emissora Nacional, ligada aos CTT.

A segunda parte subdivide-se em dois capítulos de âmbitos muito diferentes. O primeiro ocupa-se de início de um esboço de retrato das profissões ligadas às telecomunicações no período, com especial atenção à pro-

fissão de telefonista, maioritariamente exercida por mulheres. Em seguida, intenta uma abordagem às condições de vida do pessoal destas indústrias no final do século XIX e inícios do século XX, fechando o capítulo com referências às várias acções colectivas de greves por parte de diferentes camadas de trabalhadores, quer no Estado, quer na APT, e seu desenlace. Tem uma última referência aos embriões de funções de assistência social aos trabalhadores, via criação de postos médicos, a que tinham acesso os trabalhadores e mais tarde também os seus familiares, e ainda à fundação de associações desportivas, recreativas e culturais nos anos 40 e 50.

No outro capítulo desta parte, o quinto do livro, encontra-se uma pequena análise dos serviços de publicidade e propaganda da APT nos anos 30. As duas vertentes aí seguidas são a da descrição de meios utilizados e amostragem de conteúdos dos textos e cartazes de propaganda na primeira secção e a da organização administrativa do pessoal com ligação a estes serviços, frisando a criação de novas funções, como a de angariador e a de relações públicas. Refira-se que é dito no livro (p. 71) que a agência estatal criou também uma secção interna dedicada à publicidade e propaganda e alargada posteriormente à área da cultura.

Apontemos agora alguns dos problemas que encontramos nesta história das telecomunicações em Portugal. O autor cai num erro de perspectiva comum a grande parte da historio-

grafia portuguesa que lida com empresas com actividade no país mas com sede administrativa no estrangeiro. Baseia-se apenas na perspectiva do que se passava em Portugal, deixando escapar por completo a forma de tomadas de decisões e a relação dos centros de decisão no estrangeiro com os locais de execução no país. Os estudos, planos e projectos feitos relativamente ao desenvolvimento das actividades nestes centros de decisão também ficam por referir. Fontes como relatórios técnicos, actas dos conselhos de administração, assim como algo que nunca nos é referido pelo autor — os relatórios de contas e do conselho de administração da empresa APT e da Marconi portuguesa, não referindo também as menos importantes companhias estrangeiras que procederam à instalação de cabos submarinos para comunicações internacionais. Se tal enviesamento se deve à falta de condições para deslocação ao estrangeiro no âmbito da investigação ou ao desaparecimento ou inexistência por qualquer motivo de documentos que esclarecessem estes aspectos, achamos que tal devia ter sido claramente assinalado no texto. Além disso, as devidas reticências deveriam ser colocadas na apresentação de explicações de variados acontecimentos e processos decorrentes da acção das instituições quando não foram trabalhadas as fontes apontadas.

Passando agora a críticas de âmbito mais abrangente, começemos pelas que respeitam ao âmbito desta

«história». Em primeiro lugar, não há nenhuma intenção de colocar as telecomunicações num universo mais vasto de comunicações, não se ficando assim a perceber o peso desta indústria no todo do espaço das comunicações, no que respeita a relações pessoais, de negócios, diplomáticas, para apenas referir algumas. Sendo que se dá por assumida uma importância fundamental nos nossos dias a estes meios de comunicação, seria interessante perceber como é que ganharam essa importância e em que é que isso tem alterado as relações de comunicação, não fazendo uma história dos dias de hoje projectada no passado. Poderia falar-se, por exemplo, de uma industrialização dos meios de comunicação com o surgimento destas indústrias de telecomunicações? E que pensar relativamente às chamadas revoluções da informação — em que é que este período em Portugal alterou o quotidiano das distâncias em relação ao acesso à informação? Este tipo de questões coloca uma maior ênfase no espaço dos usos destas tecnologias e da sua presença no quotidiano do utilizador comum das mesmas.

Em segundo lugar, não há a mínima referência, à parte a cronologia de eventos independente do texto e elaborada por uma investigadora da Fundação das Comunicações referida acima, ao que se passaria com outros países, cidades, regiões, relativamente às mesmas indústrias das telecomunicações. Isto gera dificuldades tremendas na percepção da magnitude das actividades encetadas

em Portugal, na dimensão material das redes, na relevância do número de utentes e na intensidade com que as usam e nos aspectos qualitativos do *timing* de adopção e difusão das diferentes tecnologias envolvidas, nos custos do processo e na rede de agentes envolvidos no mesmo.

Em terceiro lugar, não há também nenhum paralelismo no lado da construção do sistema com a construção de outros grandes sistemas tecnológicos que se deram pouco antes ou pela mesma altura. Referimo-nos sobretudo às infra-estruturas urbanas de provisão de água, gás e electricidade que então se encontravam em diferentes fases de implantação e que hoje são quase invisíveis e dadas como parte inquestionável dos espaços habitados, sejam os espaços de habitação, de trabalho ou públicos.

Associado a isto não existe também nenhuma análise da ligação destas redes de comunicação com as redes de transportes, para além de se apontar que as primeiras são inicialmente construídas acompanhando o traçado das segundas, de breves referências a empregados da agência estatal que exerciam simultaneamente funções nas linhas de caminhos de ferro e da mensagem de alguns dos cartazes publicitários da APT dos anos 30 onde se apresenta a comunicação por telefone como alternativa a uma viagem desconfortável: «Não vá... senão de telefone» (p. 110). O papel dos caminhos de ferro no desenvolvimento dos telégrafos é uma forma de ligação que aqui se

apresenta totalmente omissa, sendo que estes foram os principais impulsores das primeiras redes telegráficas e da reformulação das noções de tempo e controle que seriam depois aplicadas em muitas outras actividades.

Um outro tipo de problema diz respeito, não ao que estava omissa à partida, mas ao que, estando proposto na introdução como objectivo, não é satisfatoriamente respondido. E daqui destacamos apenas uma das cinco questões apresentadas na *introdução* do livro: «[...] E quais os benefícios económicos e sociais trazidos ao país por estas actividades [das telecomunicações]?» Não encontramos em nenhuma parte do texto uma resposta clara a esta questão. Sabemos, por exemplo, apenas para o caso dos telefones, embora suspeitando que o caso seria idêntico para a telegrafia e para a rádio, que o equipamento da rede era importado, os aparelhos telefónicos eram também importados e que as empresas privadas que detinham a concessão eram estrangeiras, sendo, portanto, os capitais empregues estrangeiros e as eventuais receitas devolvidas também ao estrangeiro. Resta, portanto, de forma directa o número de postos de trabalho criados e a sua remuneração. Do ponto de vista económico, não nos é apresentada nenhuma tentativa de avaliar o impacto destas novas tecnologias na melhoria das condições de vida por nenhum indicador de bem-estar, por mais discutível que este fosse. O mesmo pode dizer-se dos benefícios sociais —

não é apresentada nenhuma avaliação dos benefícios sociais, se excluirmos aquilo que se aponta como vantagens do uso dos aparelhos telefónicos nas acções de propaganda das companhias. O que destacamos aqui é a falta de explicitação de resposta a uma questão que é colocada no primeiro plano das preocupações do livro.

Por último, no que respeita a comentários, não percebemos muito bem a que é que o autor se refere quando nas primeira página da sua *conclusão* (p. 167) apelida o que fez de trabalho *sociológico*, sendo que não pomos em causa o outro apelido que usa: *histórico*. Finalizamos com um apelo a outros trabalhos no campo da história das telecomunicações (ou mesmo das comunicações), que se encontra ainda muito por explorar, por exemplo, no que respeita às suas vertentes sociais e políticas.

BRUNO CORDOVIL

*João de Pina-Cabral e António Pedroso de Lima, Elites Choice, Leadership and Succession*, Oxford, Nova Iorque, Berg Publishers, 2000.

Deixei a antropologia social há um quarto de século, depois de ter vivido com ela durante doze anos, e tinha-me esquecido da «seca» que pode ser. De mais para bisbilhotice e de menos para ciência, abre frestas nas

portadas das casas dos outros e convidá-nos a espreitar — mas entre as vidas lá dentro e o nosso olhar curioso desce às vezes um véu espesso de jargão profissional que ofende bom senso e bom gosto. Desse pecado este volume nem sempre está isento. Por exemplo: «De facto, o impulso dinástico, vivido como teatro na família, deve agradar a anseios mais vastos entre os americanos, sendo também um ornamento e um trunfo para operadores dentro das grandes instituições económicas e políticas que definiram as limitações de lei e de regulamento pelas quais famílias dinásticas podem até persistir em sociedades capitalistas modernas» (*Elites*, p. 10, tradução minha).

A corporação, porém, é mais tolerante do que a voz do povo: os antropólogos sociais dirigem-se primeiro que tudo uns aos outros e por isso habituaram-se a sofrer entre si maneiras de escrever pretensiosas. É duplamente pena — por ser assim e por ser escusado que assim fosse. Tal como a história, a antropologia social não é uma ciência, é uma arte; os assuntos de que trata e os métodos que usa não estão fora do alcance de uma cabeça geralmente culta; quanto melhor o autor escrever — e escrever bem é escrever com simplicidade —, melhor será a compreensão do leitor; se este deixar o livro a meio, não será por falta de preparação, mas por falta de paciência. E o antropólogo precisa de leitores leigos para que a sua arte não fique reduzida à conversa cifrada de uma seita — em lugar de poder ser, como nos grandes